
JOSÉ RESENDE

Departamento de Sociologia
da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
da Universidade Nova de Lisboa

MARIA MANUEL VIEIRA

Departamento de Educação
da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa

Subculturas Juvenis nas Sociedades Modernas: Os Hobbies e os Yuppies (*)

131

Este artigo constitui uma tentativa de interpretação sociológica da tradução em Portugal de dois modelos juvenis específicos: os hippies e os yuppies. Análisa-se, em primeiro lugar, as características particulares associadas a estas subculturas juvenis, articulando-as com as identidades de classe que revelam e as condições sociais que proporcionaram a sua emergência nos países de origem.

Procede-se, seguidamente, à análise das condições que motivaram a sua importação e das modalidades específicas assumidas por cada um destes modelos na sociedade portuguesa. Finalmente, é posta em relevo a articulação entre valores e aspirações das classes médias urbanas, escolarização prolongada e conjuntura sócio-económica.

ENCARADA no âmbito das linguagens do senso comum como uma categoria homogénea, a juventude conserva a imagem de uma essência fundamental para a vida quotidiana rotineira e fustigada por inúmeros sabores. Como um autêntico elixir, servindo todos os gostos e posturas, as noções “jovem”, “juventude” e outras de sentido similar são usadas arbitrariamente na maioria dos discursos.

Esta ideia de corpo constituído, dotado de interesses comuns (Bourdieu, 1984:145), atribuída à juventude é do agrado dos produtores de mitos, nomeadamente, dos intelectuais e de outros grupos sociais que ocupam as melhores posições no campo da produção simbólica. Esta imagem mítica inscrita no ideal juvenil faz com que a noção “juventude” seja o alvo preferencial daqueles que se interessam em tornar vivo este sonho, manipulando a seu belo prazer esta idade biológica e, como tal, transitória.

1. A juventude — uma noção ambígua

(*) Este artigo constitui uma versão reduzida da comunicação apresentada ao 12.º Congresso Mundial de Sociologia, realizado em Madrid em Julho de 1990.

Transportando, desde o pós-guerra, a ideia de pureza, de vitalidade, de prazer, do gosto pelo risco e pela aventura, do culto do corpo, a juventude transforma-se num emblema das sociedades modernas, a "idade de ouro" ou o estado febril ao qual todos querem manter-se fiéis ou reingressar num futuro próximo.

Perante a atitude apressada do senso comum, especializado no reconhecimento da condição juvenil como objecto familiar e, por isso, imediatamente apreensível, o saber científico precisa de efectuar sucessivas operações metodológicas para se aproximar do conhecimento de um fenómeno social complexo e multifacetado.

Por que razão a juventude se transformou num dos principais problemas sociais do pós-guerra nos países ocidentais? A juventude apresenta-se socialmente estratificada? Quais os factores que determinam a sua divisão interna? Como se estruturam os principais movimentos juvenis, nomeadamente, aqueles que são alvo de uma maior divulgação pelos meios de comunicação social?

A construção social de dois grupos juvenis identificados por serem portadores de características particulares — os *hippies* (anos 60) e os *yuppies* (anos 80) — suscitou o nosso interesse para o estudo da sua tradução em Portugal.

Com base num primeiro, mas ainda parcial, levantamento de fontes documentais, o nosso ensaio visa realizar uma interpretação sociológica da tradução em Portugal dos dois modelos juvenis mencionados. Quais foram as condições particulares que permitiram a importação retardada do modelo *hippy* no nosso país? De que modo ele se estruturou? Quais as condições que determinaram a tradução simultânea do modelo *yuppy* no nosso país? Que tipo de características ele apresenta?

2. A subcultura *hippy* como contracultura: o seu modo de tradução simbólica

A subcultura *hippy* é um produto dos anos 60. A sua existência como movimento social de contracultura só foi possível devido às condições sócio-políticas e económicas características das sociedades de abundância, onde o progresso técnico, o crescimento da urbanização e os sistemas de comunicação aparecem como os principais indicadores (Brake, 1985; Hall, 1983; Nunes, 1969).

Resultado das transformações sociais referidas, a expansão da escolarização, o alargamento das classes médias e do sector de serviços foram também factores importantes para o desenvolvimento desta e de outras subculturas juvenis.

Contudo, os *hippies* enquanto grupo social não devem ser encarados como um grupo homogéneo. As suas diferenças internas derivam da sua relação com as fragmentadas classes médias urbanas. Nestas classes, os seus membros revelam fortes propensões para ensaiarem projectos de ascensão social. Mas se estes desejos mobilistas são ambíguos, ambígua é também “a posição dessas camadas na sociedade” (Nunes, 1969:113).

A expansão do movimento *hippy*, quer na sua modalidade mística, quer na sua expressão mais política, surge a par com uma das principais características das sociedades modernas, “o triunfo dos valores cívicos” (Bourdieu, 1966:119-123). A sua pertença às classes médias e, em particular, à sua fracção urbana determina, como afirma Hall, a sua especificidade relativamente às subculturas das classes trabalhadoras. Neste sentido, “as contraculturas das classes médias são difusas, menos centradas no grupo, mais individualizadas” (Hall, 1983: 60).

Os jovens *hippies* na sua postura mística ou política afastaram-se dos valores dominantes da sua classe social de origem e, desse modo, do universo cultural parental. Todavia, não assumiram uma contracultura homogénea, isto é, nunca se transformaram numa “comunidade cultural”, num espaço onde os seus membros defendessem interesses e cultivassem doutrinas e ideologias comuns. Uns interessaram-se “pela psicologia da alienação, o misticismo oriental, as drogas psicadélicas e as experiências comunitárias” (Roszak, 1984: 10). Falamos dos *hippies* “místicos”, uma fracção deste movimento geracional que teve o seu epicentro nos Estados Unidos.

O estilo de vida destes *hippies* apresenta uma característica particular: embora inventassem espaços à margem dos mecanismos dominantes do mercado, estas frágeis e aparentes “comunidades” *hippies* nunca adoptaram um modo de vida colectivista. Pelo contrário, esta “subcultura *hippy* pode ser vista ajustada a um imbricado sistema de valores que realça os tempos livres, o consumo, a autonomia e o individualismo” (Brake, 1985: 94). A sua “consciência anárquica” (Brake, 1985: 52) e a sua miopia política foram suplantadas por outros movimentos juvenis mais “militantes”, mais empenhados em transformar o tipo de relações dominantes.

Marcadamente radicais, os *hippies* políticos encontram a sua tradição nos sectores intelectuais da juventude escola-

2.1. Do “romantismo” à “militância política”: valores, atitudes e práticas das subculturas *hippies*

rizada (Brake, 1985:105). Da América Latina à revolução cultural chinesa, das alianças entre estudantes americanos e japoneses contra a guerra do Vietnam, passando pelas lutas dos estudantes universitários de vários países europeus, os grupos juvenis das academias procuravam encontrar “entre um vasto leque de modelos, valores, projectos e destinos sociais possíveis” (Nunes, 1969: 97) aqueles que se ajustavam às suas aspirações. Estes modelos e projectos eram difundidos por diversas fontes e instâncias sociais, nomeadamente, as de origem cultural, informativa e escolar.

2.2. A sociedade portuguesa e os modos de tradução nacional do modelo de contracultura hippy

Durante a década de sessenta, Portugal não escapou ao desenvolvimento de lutas estudantis, em particular aos conflitos que envolveram os estudantes universitários e as autoridades académicas e políticas. Nestas lutas académicas podemos assinalar dois períodos distintos. O primeiro — 1962/63 — caracterizou-se por um conflito eminentemente político, enquadrado por organizações “tradicionalmente” oposicionistas ao regime, que não teve continuidade no tempo. O segundo — 1968/69 a 1973/74 — constituiu um período de grande instabilidade social nas universidades, cujas lutas de natureza política se associavam a um movimento mais vasto de crítica aos valores culturais dominantes.

Partindo do modelo de contracultura hippy americano fomos determinar a sua adequação ao movimento de contestação juvenil português. Esta análise, integrando as condições sociais determinantes para a estruturação dos movimentos estudantis em Portugal e noutros países, permite averiguar as diferenças e as semelhanças entre o movimento de raiz — os hippies americanos — e aqueles que se desenvolvem no nosso país.

2.2.1 Condicionais políticos e sociais na estruturação da contracultura hippy em Portugal

No caso português, parece excessivo mencionar a emergência e posterior evolução de um movimento global de contracultura hippy idêntico ao “tipo ideal” (no sentido weberiano do termo) americano. O movimento hippy místico ou culturalista não conseguiu apropriar-se de espaços públicos e, por isso, não se tornou visível, isto é, nunca foi objecto de construção simbólica, nem fez parte de representações de largos sectores ou grupos da sociedade portuguesa. Já a fracção política do movimento hippy, centrada nas cidades e estruturada no campo universitário, adquiriu maior expressão em Portugal, tendo a particularidade de se transformar numa acção de massas (no sentido

weberiano do termo) levada a cabo por estudantes universitários.

Neste período, as características estruturais da sociedade portuguesa nos domínios político, económico e social — ilustradas, entre outros factores, por uma fragilidade do tecido industrial associada a um lento processo de desenvolvimento (Nunes, 1969) e por um poder autárquico, configurado em redes de clientelismo regional (Ramos, 1986: 109-135), articulador de interesses de diferentes corpos sociais intermédios (Lucena, 1981: 415-434) — permitem explicar, quer o atraso na implementação deste movimento, em especial da sua versão política, quer a sua reprodução nacional. Os próprios estudantes universitários portugueses apresentaram particularidades sociais relativamente aos seus colegas americanos e europeus. A base social de recrutamento dos universitários em Portugal era, por exemplo, mais restritiva do que noutros países ocidentais (Nunes, 1970) onde se verificaram movimentos de protesto de igual projecção pública.

135

As transformações sociais (designadamente, na estrutura social urbana, a expansão dos pólos industriais e dos serviços), mais significativas em Lisboa, Porto e Coimbra, sede dos três principais complexos universitários, associadas a outros acontecimentos de natureza política, onde se destaca o impacto imposto por uma guerra colonial prolongada, concorreram para a emergência de situações de tensão e conflito, ilustradas nos movimentos estudantis de 69 no interior das universidades.

Paralelamente, verificava-se um maior desenvolvimento de acções políticas de oposição ao regime e um maior contributo de movimentos estudantis em curso em toda a Europa ocidental, cujas informações eram enviadas por canais formais e informais, estes últimos da responsabilidade das associações organizadas por estudantes portugueses no estrangeiro (*De Grau e Bulletin de l'Union des Étudiants Portugais en France*), factores que também contibuiram para reforçar o envolvimento dos estudantes na vida política universitária.

A conservação relativa de uma composição social ainda restritiva do meio académico não bloqueou nem o nascimento, nem o desenvolvimento rápido de um movimento activo contra o conservadorismo vigente na universidade e na sociedade. Este movimento está ligado, por um lado, ao

2.2.2 A dupla natureza do movimento estudantil universitário: a expressão de uma contracultura e a identificação com um projecto político contestatário

maior recrutamento pela universidade de estudantes originários das classes médias, cuja expansão foi notória neste período (Ferrão, 1985), e, por outro, ao reconhecimento da arbitrariedade da violência simbólica exercida pelos órgãos de direcção universitários sobre os estudantes.

Envoltos em doutrinas ou ideologias racionalizáveis, os grupos estudantis activos constituíram uma cultura política distinta da esquerda tradicional e institucionalizada. No âmbito desta cultura política, ganharam foros de cidadania os apelos à democratização, quer do ensino, quer do espaço pedagógico-científico, mas também a crítica ou as ironias a uma moral dominante ou à valorização de uma cultura de raízes neo-realistas cara à esquerda tradicional (*Tempo e o Modo*, 1968) (*Expresso*, 1988: 73-87).

Estes grupos estudantis, portadores de novos valores e modelos, assumindo em pleno as utopias, protagonizando a ruptura radical com o velho e o tradicional e forjando uma "consciência em si", traduzida num pensamento político estruturado, sonhavam com a realização de uma revolução cultural e política que destronasse a monopolização do poder da burguesia e democratizasse a universidade e o país. (*E.D.E.*, s/d; *U.E.P.F.*, Jan. 1966; *U.E.P.F.*, Abril, 1966).

O espaço universitário transformou-se, então, num palco de lutas sociais e simbólicas entre os "velhos do Restelo", a esquerda tradicional cristalizada no obreirismo ideológico do P.C.P., e a nova esquerda radical, festiva e inconformada.

Membros de um "quase grupo" (Nunes, 1969: 339) distinto de outros, estes jovens activistas, por um lado, fundamentaram as suas opiniões através de um pensamento racional e indutivo, fruto de uma escolarização prolongada e do contacto com uma cultura política, e, por outro, recorreram às suas (e de outros) experiências de privação absoluta (Maravall, 1972), ambas para justificarem as opções pelas vias e objectivos retratados num projecto político radical.

Para o êxito deste projecto a elite estudantil promoveu um conjunto de ritos, formando espaços congregadores de um sentido prático comum. Absorvendo a atmosfera festiva de Maio de 68, os estudantes universitários activos apropriaram-se do espaço académico para realizarem todas as manifestações de massa possíveis, onde os valores individuais não apareciam diluídos ou postos em causa pelos ideais colectivos.

Como "quase grupo" ou como "grupos de referência", estes jovens atravessaram todo o período de 1969 a 74 e

continuaram a exercer influência a seguir ao 25 de Abril de 1974. Fundadores, na grande maioria dos casos, dos partidos de esquerda radical, mantiveram-se durante um certo período de tempo depois da queda do regime anterior fiéis aos princípios radicais, libertários e de democracia popular.

A subcultura *yuppy* surge nas democracias ocidentais no princípio dos anos 80 e o seu aparecimento é indissociável do contexto de precaridade que caracteriza as economias industrializadas no início da década.

Ao contrário da abundância dos “anos de ouro”, o começo da década de 80 transporta consigo a recessão económica teimosamente instalada (Sousa, 1985) e a panóplia de consequências a ela associada: a precaridade do emprego (Roberts, 1985) assim como o desemprego (Ferrão, 1985), particularmente o juvenil (Hartmann, 1983) a inflação, a especulação financeira (Ferrão, 1985) e, de um modo geral, o reforço de actividades ligadas à economia não oficial ou à “economia subterrânea” (Cabral, 1983).

Tal não impede, contudo, o desenvolvimento de valores e tendências (porventura polémicas) isoladas por alguns autores como inerentes às sociedades pós-industriais, ou seja, um hedonismo e um narcisismo que se exprimem através da “busca da qualidade de vida, a paixão da personalidade, a sensibilidade extrema” e “a desafeção dos grandes sistemas de sentido” (Lipovetsky, 1988: 12-13).

Os *yuppies* (1) apresentam-se como uma categoria específica de profissionais — jovens e urbanos — (“Young Urban Professionals”) (A.; C.P.; 1988:67), cuja característica distintiva é fundamentalmente a precocidade com que protagonizam um fulgurante processo de mobilidade social ascendente numa “profissão liberal ou muito especializada” (Pearl, 1985: 493). As coordenadas do seu sucesso, ou seja, da sua meteórica ascensão profissional parecem basear-se numa trajectória escolar irrepreensível numa universidade altamente selectiva, em cursos directa ou indirectamente associados à economia e ao mundo financeiro, à qual se encontra associada a incorporação de uma ética do trabalho e da eficiência (*Expresso*, 1987).

(1) A natureza recente desta subcultura explica a escassez de estudos sobre o fenómeno, contrastando com a já abundante bibliografia sobre a subcultura *hippy*: daí as maiores preocupações com que se deverá analisar esta subcultura e as insuficiências que certamente assumirão as reflexões a seu respeito.

3. A subcultura *yuppy* como excepção: o seu modo de produção simbólica

137

3.1. Sistema de valores, atitudes e práticas da subcultura *yuppy*

As propriedades objectivas que os definem enquanto grupo são os atributos da sua condição de raridade enquanto jovens de sucesso num contexto de precaridade: sucesso escolar e sucesso profissional precoce, traduzido em consagração social e em benefícios materiais e simbólicos daí decorrentes.

Com efeito, apesar dos fundamentos que estão na base da subcultura *yuppy* a aproximarem da cultura parental (claramente de classe média urbana) — a ética do trabalho e da responsabilidade posta ao serviço da crença na “salvação” pela escola e das aspirações mobilistas — a primeira desenvolve relativamente à segunda uma relativa autonomia. Ela consubstancia-se em valores, discursos e espaços de afirmação distintos: a adopção de um estilo de vida pautado por elevados padrões de consumo, a fruição hedonista do seu sucesso — férias dispendiosas em países exóticos, automóveis de luxo, roupa de qualidade —, os espaços de comunhão específicos — locais de encontro exclusivos, particularmente clubes tranquilos e inacessíveis reservados a sócios (*Expresso*, 1987; *Expresso*, 1988; A.; C.P., 1988).

A excepcionalidade da condição *yuppy* no universo juvenil — a um tempo numérica e simbólica — confere-lhe deste modo a característica de grupo de referência generalizado aos seus potenciais destinatários, mas de restrita pertença para a grande maioria dos jovens dos anos 80.

3.2. A sociedade portuguesa e os modos de produção nacional do modelo *yuppy*

No início da década de 80, Portugal sofre as consequências da crise económica instalada nos países do centro, potenciada pelas crispações sociais decorrentes dos vários projectos contraditórios de democratização do país postos em prática após o 25 de Abril de 74.

Contudo, a abertura do novo regime ao exterior, propiciada pela democracia, vem permitir o livre acesso a fontes de informação nacional e estrangeira e à rápida difusão de ideias graças a uma inequívoca aceleração dos contactos e das trocas (Almeida, 1990: 4). Inaugura-se um período de declarada defesa do liberalismo económico e de identificação inequívoca com o modelo de aproximação política à Europa comunitária.

A partilha comum, com os países do centro, de um modelo económico liberal e respectiva ideologia individualista, concorrencial e meritocrática, num contexto de precaridade, constituem condições para o surgimento, em Portugal, de

subculturas juvenis identificadas com o modelo *yuppy*. No entanto, a fragilidade do nosso tecido económico (Ribeiro, 1985; Rodrigues, 1985) e a incipiência da urbanização do espaço nacional (Peixoto, 1987) condicionam certamente as modalidades e os espaços de proliferação desta subcultura.

Ao longo da década de oitenta, alguns inquéritos dirigidos aos jovens portugueses surpreenderam um conjunto de valores e atitudes relativamente próximos dos encontrados noutros contextos nacionais: uma generalizada preocupação com a perspectiva do desemprego e com os problemas associados à inserção profissional (Ambrósio, 1985:84), reveladora de uma elevada importância conferida ao trabalho e à segurança material (Ferreira, 1989:210) como forma de realização pessoal (Andrade, 1989:166), um certo distanciamento perante a “inovação social” e a preferência pela manutenção da ordem social (Ferreira, 1989:209), e uma valorização dos aspectos materiais da vida e do dinheiro (Schmidt, 1989:229) fortemente condicionadora das escolhas de um emprego futuro (Andrade, 1989:168).

Associado ao contexto sócio-económico de crise atrás brevemente esquematizado para o Portugal dos anos 80, o alargamento da escolarização verificado nos últimos 20 anos exerceu influência considerável na produção deste conjunto de valores, nomeadamente dadas as aspirações e as disposições de mobilidade por ele geradas (Grácio, 1982:491; Pinto, 1987:10; Matias, 1989:223).

A recente expansão do sistema de ensino português, nomeadamente da universidade — vértice obrigatório de passagem dos projectos mobilistas das classes médias — não se produziu, contudo, sem ambiguidades e contradições entre, por um lado, a sua tradicional “vocação” de selecção e, por outro, “as exigências sócio-políticas de democratização e de igualdade de oportunidades” (Santos, 1989:14).

O resultado terá sido uma crescente hierarquização estatutária de universidades e licenciaturas. Alguns cursos e instituições mais cotadas neste mercado de prestígio universitário, sobretudo os da área de gestão, parecem inculcar na generalidade dos seus alunos disposições elitistas pelo “privilégio” que significa a sua simples frequência e promovem, nos elementos mais brilhantes, uma certa socialização antecipatória da condição de “jovem de sucesso”. Não será, pois, absurdo pensar que terá sido destas universidades e, sobretudo, de alguns cursos de gestão e de economia que

3.3. Modalidades de importação e apropriação nacional do modelo: a desmultiplicação da subcultura *yuppy*

brotaram os primeiros candidatos à constituição de uma subcultura *yuppy* portuguesa.

É nos enclaves nacionais de modernização económica — os sectores de actuação de investimento estrangeiro e dos novos e poderosos grupos económico-financeiros associados ao capital estrangeiro — propiciados pela viragem liberal desencadeada no início da década de 80 que florescem os “jovens de sucesso”. O recrutamento de jovens “fiéis” — quadros altamente escolarizados e dinâmicos, dedicados religiosamente à empresa e à sua “cultura” — parecem fazer parte das novas estratégias de gestão porventura adaptativas a contextos económicos fortemente concorrenciais e de incerteza. Em troca da sua fidelidade e dedicação o mundo empresarial nacional moderno oferece-lhes novas modalidades de pagamento e de privilégios (Cabral, 1983:209), que se somam às suas retribuições pecuniárias, concedendo-lhes alguns dos bens materiais e simbólicos indispensáveis à sua consagração social.

Contudo — e esta é a especificidade da tradução nacional da subcultura *yuppy* — não são apenas os espaços associados ao mundo económico e financeiro que servem de via exclusiva à materialização das aspirações sociais de jovens da classe média.

O espaço político parece constituir-se também como lugar privilegiado de obtenção de rápido sucesso profissional e material para jovens com um projecto de mobilidade ascendente. Neste caso, trata-se de recrutamento precoce de fiéis da religião partidária (Almeida, 1990: 48-50), promovido por um discurso meritocrático que apresenta o “jovem de sucesso” como símbolo das potencialidades da doutrina demo-liberal.

O jovem político — secretário de Estado, deputado nacional ou europeu — parece rever-se nas propriedades genéricas que caracterizam a subcultura *yuppy* e assumir-se como legítimo candidato à pertença ao grupo: o trabalho intenso e dedicado, a consagração social e pública, o consumo cosmopolita de bens raros apresentam-se como as práticas que indiciam a sua inquestionável pertença ao grupo dos jovens profissionais de sucesso.

Finalmente, outra categoria de jovens da classe média assume-se igualmente como portadora das propriedades de que a subcultura *yuppy* se compõe: ela é constituída por uma elite artística (sobretudo artistas plásticos) que se manifesta como opositora aos valores da democratização da arte

defendidos pela geração que a antecedeu e que protagoniza um elitismo “pós-moderno” e hermético, tendencialmente fechado à contaminação das massas.

Esta geração vai usufruir das novas condições de integração em circuitos internacionais de arte que a consagra precocemente, acompanhando o movimento de “crescente mercantilização da produção cultural” (Santos, 1988:698) e beneficiando particularmente de um relativo *boom* do mercado de arte (Conde, 1990:181) verificado a partir dos anos 80.

Estas três variantes de *yuppies* portugueses partilham entre si elementos comuns que os diferenciam, enquanto grupo, de outras subculturas juvenis.

A sua trajectória social inclui elementos que indiciam estarmos em presença de uma subcultura juvenil de classe média urbana: a passagem por níveis superiores do sistema de ensino, incluindo frequentemente pós-graduação e especialização no país ou no estrangeiro, o consumo intenso de informação cosmopolita (jornais e revistas nacionais e estrangeiras especializadas), a interiorização e identificação com a cultura pela qual se definem (cultura de empresa, cultura partidária, cultura pós-moderna), mas também a necessidade de exteriorizarem publicamente — dado certamente o insuficiente capital social e simbólico de origem de que dispõem — a sua condição através do consumo e ostentação de bens raros (materiais e culturais) e da sua frequente visibilidade em espaços lúdicos de sociabilidade de acesso limitado mas de pública difusão (como certos bares, discotecas e restaurantes) constituem as marcas da sua distinção enquanto grupo restrito. Sabe-se, com efeito, como o “estilo de cada subcultura baseia-se na infra-estrutura do grupo, suas relações, actividades e contextos” (Hall, 1983:53).

No entanto, apresentam também elementos de diferenciação interna que, pela sua diversidade, formam subgrupos específicos que se distinguem entre si através de linguagens, atitudes e comportamentos que tomam a forma de corpo mais ou menos organizado em torno de algumas estruturas de suporte — associações de jovens empresários e de jovens quadros, juventudes partidárias e/ou grupos de contrapoder no seio partidário, movimentos aglutinadores de jovens artistas (como os “Homeoestéticos” que, reveladoramente, se autodefinem como “os novíssimos portugueses: nós somos os melhores” (Conde, 1990:180).

Num curioso paradoxo, a subcultura *yuppy*, defensora dos princípios da selectividade social e opositora dos valores de

mudança em massa, necessita precisamente dos meios de comunicação de massas não só para elucidação pública do modelo do qual se reivindicam legítimos representantes, como também para a sua pública consagração, ou seja, para atingir a sua plena eficácia simbólica (*O Independente*, 1988; *Expresso*, 1988).

142

4. *Hippies e yuppies: a cultura escolar como suporte destes movimentos*

As reflexões aqui ensaiadas fizeram emergir um conjunto de ideias que importa reter e sistematizar, em jeito de conclusão.

Por um lado, a tradução nacional da contracultura *hippy* parece ter-se resumido à versão “combativa” deste movimento, apresentando-se esta muito próxima, nos seus contornos, do modelo estrangeiro com o qual se identificava. A sua implantação e desenvolvimento deu-se, no entanto, com algum atraso temporal relativamente às expressões congéneres manifestadas noutros países.

As razões da visibilidade — e atraso temporal — desta modalidade “combativa” devem ser encontradas no contexto político, social e económico específico do Portugal dos anos 60. Para além de caracterizada pela existência de um sistema político autárcico, a sociedade portuguesa da época não se encontrava plenamente terciarizada nem se definia como sociedade de consumo, mas estava ainda em fase de industrialização; daí a existência de uma classe média urbana com diminuta expressão.

Ao invés, nos anos 80, surpreendemos no país a simultaneidade temporal da importação do modelo *yuppy*. A essa mudança não são certamente alheias as novas condições sociais e políticas vigentes. O regime político alterou-se no sentido de uma tendencial consonância com o modelo democrático ocidental.

Contudo, a sociedade portuguesa continua atravessada por contradições estruturais não eliminadas, características das “semiperiferias” (Santos, 1985). Talvez por isso, a subcultura *yuppy*, circunscrita aos dois pólos urbanos principais, metamorfoseia-se, na sua tradução portuguesa, relativamente à original: o *yuppy* lusitano expressa-se não apenas no campo financeiro e empresarial como no modelo norte-americano, mas também nos campos político e cultural (desde que reconhecidos pela cultura dominante).

Na confluência destes dois modelos encontram-se as classes médias urbanas e o sistema de ensino, particularmente o ensino superior, como palco propício à produção,

difusão e suporte consagrador de movimentos sociais indissociavelmente ligados a uma escolarização prolongada. Com efeito, a universidade fornece de uma forma privilegiada aos jovens que a frequentam os instrumentos para uma reflexão conducente à criação de uma “consciência em si” e o espaço necessário para tornar visível de uma forma mais acelerada, quer as contradições, quer as potencialidades existentes no interior do sistema.

O isolamento institucional e cultural dos sistemas de ensino na década de 60 (Nunes, 1969:50), particularmente acentuado no caso português, converteram as contradições entre as funções e os fins da escola em elementos de discussão apaixonada na época.

Equipados com instrumentos racionais, os jovens estudantes — nomeadamente os oriundos das classes médias, portadoras de projectos mobilistas — acreditavam ter condições para construir a sua verdade sobre os factos, nomeadamente, os de natureza política, sentindo-se no direito de criticar a instituição escolar e o sistema capitalista e autoritário instalado no país.

Durante os finais dos anos 60 e o princípio dos 70, o empenhamento político dos *hippies* militantes portugueses associa-se certamente à avaliação dos efeitos da interdependência entre experiências de inconsistência de *status* e situações de privação relativa. Para esta fracção da classe média urbana — justamente a que mais valorizava a educação como dimensão estratégica de *status* (Maravall, 1972:212) — os ganhos sociais derivados de um capital social mais valorizado não foram acompanhados por uma idêntica equivalência atribuída a outras dimensões de *status*.

Inversamente, nos anos 80, como reflexo do reforço do liberalismo económico alternativo ao falhanço das políticas keynesianas, os jovens *yuppies* parecem adoptar atitudes mais conciliatórias com os valores mais tradicionais da instituição escolar. Jovens escolarizados, diplomados e com créditos firmados em várias áreas assumem pontos de vista em defesa da meritocracia, sobrevalorizando a função selectiva de algumas instâncias sociais.

Pode afirmar-se sem grande margem de erro que o antigo activismo estudantil de natureza política e cultural dá lugar a disposições desencantadas e adaptativas nos anos 80, com maior incidência nos jovens menos apetrechados das classes trabalhadoras e de algumas fracções das classes médias.

No entanto, este relativo conformismo social juvenil contrasta com as atitudes mais activas dos *yuppies*. Oriundos de espaços de relativa abundância num contexto de precaridade generalizada, os *yuppies* parecem determinados a desenvolver estratégias no sentido de garantir o seu próprio espaço de actuação e consagração como corpo juvenil autónomo.

A adopção de valores tradicionalistas, com a recusa de valores de mudança em massa — nomeadamente a instauração de uma “escola de massas” (Pires, 1988) ou uma universidade de massas (Jarousse, 1984) — e o elogio da selectividade e da excelência, mais não fazem do que negar, paradoxalmente, as condições que estiveram na base da sua trajectória escolar prolongada, ou seja, o alargamento das oportunidades escolares às classes médias. Contudo, esses valores operam inequivocamente como defesa de posições conquistadas e marcam simbolicamente as fronteiras do seu território, assente no número restrito dos seus ocupantes.

Assim, apelando às iniciativas individuais, sugerindo estratégias competitivas, defendendo os interesses meritocráticos, os discursos oficiais desenvolvidos recentemente em Portugal sobre a juventude contêm os ingredientes essenciais para agradar ao subgrupo eleito como modelo dos anos 80 — os *yuppies*. A correspondência entre o elevado capital escolar e carreiras profissionais prestigiadas sugerem à partida uma relativa consistência entre todas as dimensões de *status* deste subgrupo juvenil.

Contrariamente à imagem que dele é fabricada, o universo cultural universitário não é lugar de pura reprodução de saberes consagrados e valores tradicionais, mas encerra uma constante capacidade de se revelar como instância de “produção social” (Petitat, 1987).

Produção, neste caso, de categorias sociais que são, a um tempo, categorias de produção simbólica que a escola torna quase naturais dando-lhes suportes para aparecerem como configurações reais, e produtos de cultura urbana, protagonizando os valores citadinos da classe média veiculados pela escola.

Hippies e *yuppies* dizem, assim, respeito a uma juventude altamente escolarizada, a “mais genuinamente jovem” (Grácio, 1990:107) segundo os padrões da sua imagem simbólica, mas capaz de se afirmar enquanto movimento social portador de uma subcultura urbana e de classe média, configurada pelos condicionalismos sociais do momento. ■

**Referências
Bibliográficas**

- A.;
C. P. 1988 "Brouillon de culture", *City*, 40.
- Almeida, J. F.;
Costa, A.F.;
Machado, F.L. 1988 "Famílias, Estudantes e Universidades", *Sociologia — Problemas e Práticas*, n.º 4.
- Ambrósio, T. *et al.* 1985 *Situação, Problemas e Perspectivas da Juventude em Portugal*, vol. VII — *Inserção Social dos Jovens. Abordagens de uma Realidade Complexa*. Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- Andrade, M. 1989 *O Trabalho, o Emprego e a Profissão (Juventude Portuguesa — Situações, Problemas, Aspirações*, vol.III). Lisboa, Instituto da Juventude/Instituto de Ciências Sociais.
- Bourdieu, P. 1966 "Différences et distinctions", in Darras (org.), *Le partage des bénéfiques*. Paris, Minuit.
- Bourdieu, P. 1984 *Questions de Sociologie*. Paris, Minuit.
- Brake, M. 1985 *Comparative Youth Culture*. London, Routledge and Kegan Paul.
- Cabral, M. V. 1983 "A Economia Subterrânea Vem ao de Cima: Estratégias da População Rural perante a Industrialização e a Urbanização", *Análise Social*, vol. 19, n.º 76.
- Conde, I. 1990 "Transformações Recentes no Campo Artístico Português" in *A Sociologia e a Sociedade Portuguesa na Viragem do Século*, vol.II, Lisboa, Ed. Fragmentos.
- Ferrão, J. 1985 "Recomposição Social e Estruturas Regionais de Classes, 1970-1981", *Análise Social*, vol. 21, n.º 87-88-89.
- Ferreira, V. 1989 "Universidade de Coimbra:1964-1985. Que Mudanças?", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.ºs 27-28.
- Grácio, S. 1982 "Escolarização e Modos de Integração na Formação Social Portuguesa (1950-1978)", *Análise Psicológica*, vol. 4, n.º 2.
- Grácio, S. 1990 "Crise Juvenil e Invenção da Juventude. Notas para um Programa de Pesquisa", in *A Sociologia e a Sociedade Portuguesa na Viragem do Século*, vol.I, Lisboa, Ed. Fragmentos.
- Hall, S. *et al.* 1983 *Resistance Through Rituals — Youth Subcultures in Post-War Britain*. London, Hutchinson.
- Hartmann, J. 1983 "Youth in Industrialized Societies during the 80's: a Locked-out Generation?", *Sociology of Youth* (Actas do 10.º Congresso Mundial de Sociologia), vol. II, Bulgarian Sociological Association, Sofia, Institute of Youth Studies.
- Jarousse 1984 "Les contradictions de l'université de masse dix ans après (1973-1983)", *Revue française de sociologie*, XXV.

- Lipovetsky, G. 1988 *A Era do Vazio — Ensaio sobre o Individualismo Contemporâneo*. Lisboa, Relógio d'Água.
- Lucena, M. 1981 "Uma Leitura Americana do Corporativismo Português", *Análise Social*, Vol. 17, n.º 66.
- Maravall, J. M. 1972 *La Sociologia de lo Posible*. Madrid, Siglo XXI.
- Matias, N. 1989 *A Educação e a Escola (Juventude Portuguesa — Situações, Problemas, Aspirações, vol. II)*, Lisboa, Instituto da Juventude/Instituto de Ciências Sociais.
- Nunes, A. S. 1969 *Sociologia e Ideologia do Desenvolvimento*. Lisboa, Moraes Ed.
- Nunes, A. S.;
Miranda, D. 1969 "A Composição Social da População Portuguesa — Alguns Aspectos e Implicações", *Análise Social*, vol. 7, n.º 27-28 .
- Nunes, A. S. 1970 "A Universidade no Sistema Social Português: Uma Primeira Abordagem", *Análise Social*, vol. 8, n.º 32.
- Pearl, A. 1985 "Tendences théoriques de la recherche sur la jeunesse aux États-Unis de l'Amérique", *Revue Internationale des Sciences Sociales*, n.º 106.
- Peixoto, J. 1987 "O Crescimento da População Urbana e a Industrialização em Portugal", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 22.
- Petitot, A. 1987 "School and the Production of Society", *British Journal of Sociology of Education*, vol. 8, n.º 4.
- Pinto, J. M. 1987 "Scolarisation, rapport au travail et transformation des pratiques sociales" (Comunicação ao Congresso da Associação de Sociólogos de Língua Francesa), Porto (policopiado).
- Pires, E. L. 1988 "A Massificação Escolar", *Revista Portuguesa de Educação*, vol. 1, n.º 1.
- Ramos, R. 1986 "O Estado Novo perante os Poderes Periféricos: o Governo de Assis Gonçalves em Vila Real — 1934-39", *Análise Social*, vol. 22, n.º 90.
- Ribeiro, J. F. *et al.* 1985 "Especialização Intemacional, Regulação Económica e Regulação Social — Portugal, 1973-83", *Análise Social*, vol. 21, n.ºs 87-88-89.
- Roberts, K. 1985 "La jeunesse des années 80: un nouveau mode de vie", *Revue Internationale de Sciences Sociales*, n.º 106.
- Rodrigues, M. J. 1985 "O Mercado de Trabalho nos Anos 70: Das Tensões aos Metabolismos", *Análise Social*, vol. 21, n.ºs 87-88-89.
- Roszak, T. 1984 *El Nascimento de una Contracultura*. Barcelona, Ed.Kairós.
- Santos, B. S. 1985 "Estado e Sociedade na Semiperiferia do Sistema Mundial: O Caso Português", *Análise Social*, vol. 21, n.ºs 87-88-89.
- Santos, B. S. 1989 "Da Ideia de Universidade à Universidade das Ideias", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.ºs 27-28.
- Santos M.L.L. 1988 "Questionamento à Volta de Três Noções: A Grande Cultura, a Cultura Popular, a Cultura de Massas", *Análise Social*, vol. 24, n.º 101-102.

- Schmidt, L. 1989 *Dinheiro e Bens Materiais (Juventude Portuguesa — Situações, Problemas, Aspirações, vol.VII)*. Lisboa, Instituto da Juventude/Instituto de Ciências Sociais.
- Sousa, J. F. 1985 "As Relações Externas na Dinâmica Política e Económica Nacional nos Anos 80", *Análise Social*, vol. 21, n.ºs 87-88-89.

Panfletos e Jornais

De Grau (Órgão Cultural e Informativo da Associação dos Estudantes de Origem Portuguesa em Bruxelas), Bruxelas, s/d.

E.D.E. (Esquerda Democrática Estudantil), Documentos, n.º 8, II, s/d.

Expresso, 21.11.1987; 23.04.1988; 30.04.1988; 27.08.1988

O Independente, 20.05.1988

O Tempo e o Modo, n.º 2, 1968.

U.E.P.F. (Bulletin de l'Union des Etudiants Portugais en France), Paris, n.º 3, 1965; n.º 4, 1965; n.º 6, 1965; n.º 7, 1965; n.º 8, 1966; n.º 1, 1969 (nova série)